

A ÁREA DE INFLUÊNCIA DE ÉVORA

JORGE GASPAR apresenta um trabalho ⁽¹⁾ que marca um rumo novo nos estudos de Geografia humana entre nós, pois «os problemas da hierarquia e relações de dependência de funções e lugares centrais estiveram até hoje fora das preocupações dos geógrafos portugueses» e dos estrangeiros que estudaram algumas das nossas aglomerações urbanas.

A problemática da organização do espaço baseada no estudo dos «lugares centrais» e nas suas relações com a área deles dependente foi pela primeira vez ilustrada na Alemanha por WALTER CHRISTALLER em 1933. Aplicadas e desenvolvidas as suas ideias na Inglaterra, Suécia, Finlândia e Estados Unidos, onde inspiraram importantes trabalhos (basta ver a numerosa bibliografia referida neste livro), é com a maior satisfação que vemos aparecer um estudo dentro da mesma óptica aplicado a uma área alentejana.

Reconhecendo o seu carácter pioneiro, o autor inicia o trabalho com uma resenha crítica de alguns estudos do mesmo tipo que têm surgido noutras partes do mundo, o que permite ao leitor situar-se nesta perspectiva e aperceber-se da importância deste tipo de estudos na Geografia actual. Depois, apresenta as características da área, em termos diferentes dos da Geografia regional: «A principal diferenciação na economia do solo da área que estudámos é de natureza locativa e corresponde à oposição entre a periferia das aglomerações, e até dos montes, e os territórios afastados dos núcleos populacionais.» (p. 41.) Em seguida, são-nos apresentados, de uma forma sistemática, os conceitos empregados, o método seguido e as fontes utilizadas. Ainda na Introdução o autor procura dar uma imagem da evolução histórica da hierarquia dos lugares centrais da área, com base nos poucos elementos quantitativos de que se pode dispor. Assim, consegue estabelecer a hierarquia dos lugares centrais (l. c.) para o fim do século XIII, segunda metade do século XV, fim do século XVI e início do século XVIII, baseando-se,

respectivamente, no número de tabeliães e imposto que pagavam em cada localidade; cartas de exame de físico ou cirurgião e população activa do almoxarifado de Évora e estalagens privilegiadas; divisão administrativa e judicial; divisão administrativa e população dos lugares. A traços gerais «não se verificaram, em relação à actualidade, grandes transformações na hierarquia dos l. c. existentes no fim do século XIII. Herdando, em grande parte, uma organização especial bastante desenvolvida desde a época romana, a área estudada, na medida em que não se modificaram fundamentalmente os tipos de exploração e de organização do espaço, não precisou mais que adaptar, ao longo do tempo, essa organização antiga» (p. 66). Da importância dos lugares no século XV, especialmente da localização das estalagens privilegiadas (fig. 11), o autor conclui que «as vias de comunicação não eram os principais responsáveis pela organização dos l. c., que estariam antes localizados em função dos seus respectivos mercados. Nos períodos seguintes continua a verificar-se a mesma hierarquia só com transformações a nível político-administrativo relacionadas com a ascensão da Casa de Bragança» (p. 84). Resumindo, na evolução verificada na importância das sedes de concelho da região a norte de Évora antes e depois da homogeneização do território, encarando esta como a maior facilidade de deslocações, torna-se nítida a decadência do Crato, Alter do Chão e mesmo de Avis e Arraiolos e o surto de Ponte de Sor. Muito clara a esquematização gráfica desta passagem (pp. 88-89).

No primeiro capítulo estuda-se a actividade terciária dos vários centros, excluindo as funções de carácter administrativo (administração civil, judicial, militar, religiosa e outras), «cuja localização depende menos da importância das populações que servem, existindo por vezes um desajuste no tempo entre as f. c. [funções centrais] do sector público e privado» (p. 92). Separou-se a análise das funções do sector público das do privado com possibilidade de estudo diferentes, diversos condicionalismos e consequências; na verdade, «a instalação e a manutenção de determinada função terciária oficial não depende só das exigências do mercado local, mas também de factores de outra ordem» (p. 155). Para o sector privado, a que se juntou o ensino secundário oficial, consideraram-se 102 tipos de f. c., em que o grau de ocorrência varia entre 139 e 1. Mas «ao analisar a estrutura funcional de cada l. c., verificámos o carácter aleatório de algumas f. c. cuja ocorrência se afastava das características gerais da centralidade» (p. 93). Assim, excluem-se o lugar de hortaliça, ferrador, carpinteiro de carroças, drogaria, comércio de móveis, casa de pasto, igreja, sociedades recreativas e clubes de futebol.

A relação das f. c. com o número de lugares em que ocorrem (fig. 16) é perfeitamente regular e permite escalonar estas f. c. em 7 níveis desde a mercearia e taberna, ao nível 1, às 32 f. que ocorrem num único l. c. O quadro 6, que apresenta para cada uma das f. c. analisadas o número de lugares onde ocorre, o total de unidades existentes na área e a média de unidades funcionais por lugar, é extremamente útil para tarefas de planeamento que dispõem do estudo desta

⁽¹⁾ JORGE GASPAR, *A Área de Influência de Évora — Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa, 1972, 414 pp., 84 figs.

área, como para termo de comparação com outras regiões do país onde não se fizeram trabalhos deste tipo. O autor não dispunha de elementos actualizados sobre a população dos lugares para determinar os limiares de ocorrência, em população, de cada unidade funcional. Mas, uma vez que utilizou o Censo de 1960 para relacionar com os rendimentos colectáveis (p. 136), talvez que utilizar esses mesmos elementos não provocasse grande distorção. Seguidamente faz uma análise das tendências evolutivas de algumas f. c., sintetizada nas pp. 102-103.

Aceite que para chegar à posição hierárquica dos lugares a partir das f. c. «utilizar apenas o número total de unidades funcionais seria impreciso, visto que tanto mais importante é um local, maior é o movimento das unidades funcionais do mesmo tipo» (p. 120), o autor usa também o rendimento colectável das unidades funcionais para as f. c. abrangidas pela contribuição industrial ou imposto profissional, que compreende quase todas as funções analisadas. A totalidade dos rendimentos colectáveis das f. c. de cada lugar permite estabelecer a sua hierarquia (fig. 19). Tal como acontecia na ocorrência das f. c. nos níveis mais baixos «torna-se muito difícil, perante os valores dos rendimentos, estabelecer uma hierarquia, já que estes se distribuem de uma forma quase contínua, com degraus pouco nítidos» (p. 123).

A correlação do rendimento das unidades funcionais em cada l. c. com a sua população, segundo o Censo de 1960 (p. 136), apresenta-se no geral bem nítida e positiva, embora haja algumas excepções: Vila Viçosa, que tem menos população que Reguengos de Monsaraz e rendimentos superiores, consequência do melhor nível de vida da população daquela vila por causa da actividade industrial (mármore). Outras excepções aparecem em lugares com a mesma população mas diferentes rendimentos porque as suas áreas de influência têm desigual extensão (caso de Borba e Vila Viçosa, p. 125).

Em seguida, procurou-se a relação entre o rendimento colectável e o número de indivíduos que pagam imposto profissional (fig. 22); embora se note uma certa correlação positiva, há uma tendência maior para dispersão: isto permite concluir que «não é aconselhável partir do nível de salários existente num aglomerado para a determinação da sua importância como l. c. (p. 132).

A correlação entre os rendimentos colectáveis das f. c. e o número de assinantes de telefone em cada lugar mostra-se quase perfeita e positiva, «muito superior à verificada entre os rendimentos colectáveis das f. c. e a população residente ou a população abrangida pelo imposto profissional. Assim, as conclusões de CHRISTALLER sobre o valor do número de aparelhos telefónicos, como indicador global das f. c. de cada lugar, são válidas para a área do nosso estudo» (p. 135).

O autor estabelece uma hierarquia dos l. c. com base no número de f. c., respectiva ocorrência e rendimentos colectáveis (fig. 24 e 25). Para lugares com o mesmo número de f. c. considera mais importantes os lugares onde aparecem as mais raras e, em casos de dúvida, recorre aos rendimentos colectáveis. Mais uma vez «apenas nos níveis mais altos da hierarquia dos l. c. se podem destacar escalões bem diferen-

ciados, enquanto para os l. c. de menor importância se encontra uma disposição linear contínua, sem patamares bem individualizados» (p. 145).

Estudam-se depois as f. c. do sector público: estranhámos que apareça o quartel entre as 73 f. c. analisadas, quando se dissera que «a ocorrência de quartéis é talvez o exemplo extremo, devendo mesmo não ser considerada uma f. c.» (p. 155). A hierarquia dos l. c. com base na frequência das f. c. públicas desenha-se a quatro níveis (fig. 27). Finalmente, confronta-se a hierarquia dos lugares obtida com base nas f. c. do sector privado e público (fig. 29). De uma maneira geral há concordância nos dois sectores. Nalguns casos há domínio do sector público sobre o privado, «o que corresponde frequentemente a uma herança do passado» (p. 171). Já em Vendas Novas se dá o inverso, pois sendo só recentemente sede de concelho não tem ainda «equiparadas as funções públicas à sua importância real, do ponto de vista das actividades terciárias» (p. 171). «Duma maneira geral nas áreas economicamente mais vivas (dinâmicas) há tendência para o domínio das f. c. do sector privado, enquanto nas mais decadentes, ou estagnadas, para a supremacia das f. c. de tipo oficial.» (P. 179.)

No segundo capítulo analisa-se o fornecimento de alguns bens centrais na área. Com base nas preferências das populações determina-se a área de influência dos vários centros para cada bem central. Naturalmente, para cada tipo de bens, a área de mercado e a própria hierarquia dos centros fornecedores se modificam; portanto, não existe uma hierarquia única, mas um conjunto delas. Como se transcreve de GODLUND: «Teóricamente não existe uma fronteira para a região centrada; ... mas na prática os círculos de influência são, como se mencionou atrás, de diferente intensidade para os variados tipos de contacto, produtos e serviços e ainda de diferente intensidade em relação ao tempo e ao espaço, de acordo com as possibilidades de transporte, o nível económico e social, a estrutura política, etc.» (P. 291.)

Veja-se a grande diferença entre as áreas de dominância dos armazenistas de mercearia (fig. 30) e drogaria (fig. 32). Enquanto nestes toda a área sofre fortemente a influência de Lisboa e Santarém, dominando Évora uma área restrita, já naqueles a concorrência de Lisboa é menos intensa, Santarém não aparece, e surgem vários núcleos disputando internamente a área de Évora: Estremoz, Ponte de Sor, Elvas, Moura, Beja e Montemor, principalmente. Nos bens mais concorrentes a hierarquia é quase impossível de estabelecer, pois numerosos centros oferecem esse bem; no entanto, mesmo entre eles se notam diferenças e um centro que fornece um bem pode recorrer a outro de nível mais elevado, muitas vezes resultado de diversos comportamentos dos vários estratos da população. «Um fenómeno interessante é a diferença entre as preferências rurais e urbanas: a população feminina das aldeias próximas de Arraiolos serve-se nesta vila, como a da freguesia de Santiago Maior recorre ao Redondo, mas a maioria das senhoras em qualquer daquelas vilas prefere a cidade de Évora, certamente melhor apetrechada e que pode servir mais a contento uma clientela mais exigente que a das aldeias.» (P. 248.)

Para quase todos os bens analisados são apresentados quadros com o número de unidades funcionais desse bem por localidade e a respectiva matéria colectável, o que permite afirmar que os «valores da matéria colectável correspondem, melhor que o simples número de unidades funcionais do ramo, à importância real das aglomerações» (p. 251).

No terceiro capítulo chega-se à hierarquia final dos lugares e respectivas relações de dependência. «Conjugando as f. c. dos sectores público e privado, que ocorrem nos l. c. do sistema de Évora, com os rendimentos colectáveis e a influência espacial de cada l. c., obtemos uma hierarquia dos l. c. em 7 níveis.» (P. 267.) Da cartografia das relações da posição hierárquica dos l. c., com o número total de f. c. que ocorre em cada lugar (fig. 56), com o total de unidades funcionais do sector privado (fig. 58), e com o rendimento das f. c. (fig. 57) conclui-se da «importância das f. c. do sector privado na hierarquização dos l. c. e, por outro lado, uma certa coincidência, em termos relativos, entre o rendimento colectável das f. c. e o total de unidades funcionais» (pp. 267-268).

A fig. 60 esquematiza as relações de dependência dos vários lugares quanto a f. c. do sector privado e público, não condicionadas por limites pré-estabelecidos; na figura 61 aparecem as relações de dependência dos l. c., a partir da hierarquia administrativa. Note-se que cada l. c. aparece repetido em todos os níveis imediatamente abaixo, pois se parte do princípio que cada «l. c. exerce as f. c. que lhe são características e as dos l. c. hierárquicamente inferiores [...]». Na realidade, os l. c. de nível superior podem conter em si vários l. c. de níveis inferiores [...]. Daí, e do poder de atracção — ainda que para um mesmo nível hierárquico — ser mais intenso quanto mais importante for o l. c., o facto de ser maior o número de l. c. que dele dependem» (p. 271). O número de lugares em cada escalão difere bastante dos resultados a que chegou CHRISTALLER, facto que decorrerá, entre outros, do critério seguido no agrupamento dos lugares, caso de Estremoz no nível 6 ou da pequena diferença verificada entre os níveis 1 e 2. Assim, o autor conclui que «se o esquema de CHRISTALLER é válido na sua generalidade, não se observa na realidade, já que implica uma homogeneidade de padrões físicos e humanos que, não obstante ser maior na área de influência de Évora que noutras áreas de Portugal, não é suficiente para permitir uma regularidade na estruturação espacial da hierarquia dos l. c.» (p. 279). «A teoria de CHRISTALLER implica, além de uma homogeneidade física e humana, um comportamento espacial uniforme por parte de cada individuo, no fundo baseada na lei do menor esforço (cf. ZIPP, 1949). Esse comportamento, que à primeira vista representa uma economia — recorrer ao l. c. mais próximo desde que aí se encontre o bem x — não corresponde à realidade; outros factores devem entrar em linha de conta, como, por exemplo, o facto de nem sempre ser mais económico obter esse bem no l. c. mais próximo. Este procedimento é frequente na área do nosso estudo e explica que as áreas de influência, para cada nível, sejam maiores para os l. c.

com mais importância absoluta.» (P. 279.) «Por outro lado, não se pode esquecer» que as principais aglomerações oferecem bens «invisíveis» constituídos pela actividade lúdica que encerra o passeio e a visita» (p. 280). Posto isto, procura-se estabelecer a área de influência detectada para os quatro primeiros níveis da hierarquia. Estes limites foram definidos com base nos inquéritos escritos e confirmados por inquéritos orais. Naturalmente que nem sempre são precisos porque há faixas de transição ou indecisão importantes, porque não são equivalentes para todos os bens e variam com o «comportamento dos diferentes níveis sócio-económicos da população» (p. 280). Em casos de dúvida o autor utilizou o limite administrativo ou levou em conta barreiras físicas, facilidade de ligação rodoviária, frequência de transportes colectivos e poder atractivo absoluto de cada l. c. (p. 285).

Uma vez determinada de uma forma empírica, embora fundamentada a hierarquia dos l. c. e as áreas de influência para os quatro níveis mais altos, o autor compara-as com as obtidas por processos teóricos. Para tal, determina primeiro a centralidade dos l. c. «que representa a acção exercida pelas respectivas f. c. no território envolvente» (p. 291) e depois a respectiva área de influência, pelo limite de influência dominante entre cada par de l. c. Analisando e discutindo os métodos que os primeiros autores que se debruçaram sobre o tema utilizaram, REILLY, CHRISTALLER e TUOMINEM, aplica à área em estudo os métodos de REILLY e GODLUND «adaptados aos elementos estatísticos de que dispúnhamos, os quais permitem uma precisão maior que os utilizados por qualquer daqueles autores. Com efeito, o rendimento colectável das f. c. de um l. c. dá um valor mais correcto da centralidade do que a população desse lugar — l. c. (proposta de REILLY), ou mesmo que o número de lojas de comércio de retalho, ainda que utilizando os referidos índices de correcção (proposta de GODLUND)» (pp. 277-278). Para o nível 6, o método de GODLUND aproxima-se bastante das áreas estabelecidas com base nos inquéritos, excepto onde barreiras físicas se interpõem, caso da parte meridional de Estremoz (serra de Ossa) e Reguengos-Portel (rio Degebe). Já no nível 5 as discrepâncias são maiores; a fórmula de GODLUND não se pode aplicar quando o produto Plk é superior a Rl (Pl : população do lugar; Rl : rendimento colectável das f. c.; K : razão entre o rendimento das f. c. e a população de toda a área de influência de Évora), o que significa que o «rendimento das f. c. desse l. c. é inferior ao total que a população aí residente despense em bens centrais; o lugar não tem área de influência teórica, embora não signifique que esse l. c., aos níveis a que opera, não domine um determinado território» (p. 303).

Os problemas levantados pela aplicação destas fórmulas levam o autor a concluir «que um índice de centralidade correcto implica uma formulação matemática mais complexa que aquela que temos vindo a tratar e, necessariamente, com base num conhecimento perfeito dos territórios, dos lugares, das populações e dos mecanismos espaciais, gerais e locais» (p. 304). De acordo com a crítica feita, considera que o método de GODLUND deve fornecer resultados mais positivos quando

aplicado a cada tipo de f. c. que ao conjunto das f. c. de todos os l. c. Efectivamente, nas figuras 68 e 69, onde a área de influência obtida segundo o método de GODLUND para ourivesaria/relojoaria e oficina de fotografia é posta em confronto com a área determinada pelos inquéritos, «impressiona a correlação nitida que se nota entre a teoria e a realidade» (p. 310). Esta verificação permite dizer que «o método de GODLUND, quando aplicado a f. c. isoladas, poderá ser de grande utilidade no planeamento das actividades terciárias, tanto do sector público como do privado» (p. 313).

No quarto capítulo o autor analisa os factores susceptíveis de introduzir alguma alteração no sistema actual dos l. c. da área de influência de Évora e distingue 5 grupos: modernização da agricultura, evolução demográfica, industrialização, evolução dos transportes, resoluções de ordem política ao nível de governo central. Pode prever-se uma selecção dos l. c. e, concomitantemente, um acentuar da influência de Lisboa. O autor termina com uma proposta de reorganização administrativa, ampliando as áreas dos concelhos de Évora, Estremoz, Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz, Montemor e Vendas Novas e reduzindo as atribuições administrativas de outras sedes de concelho. A proposta para os níveis acima da freguesia é expressa na figura 84 e no quadro das páginas 360-361.

Para além do carácter pioneiro deste trabalho, devemos referir a extrema clareza e sobriedade com que os assuntos são apresentados (às vezes correndo o risco de deixar ao leitor apressado uma aparência de simplicidade que muitos fenómenos não têm), a preocupação de explicar os métodos seguidos, confrontá-los com outros, discutindo as suas possibilidades, indicando as correcções que é necessário introduzir para a sua aplicação. Além do valor científico, este livro é extremamente didáctico, útil para todos os que estudam geografia, a utilizam ou a querem conhecer. Há ainda que referir a riqueza gráfica que acompanha todas as matérias que vão sendo desenvolvidas.

TERESA BARATA SALGUEIRO